



Estado do Tocantins
MUNICÍPIO DE XAMBIOÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE XAMBIOÁ
ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER:

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2021.

Ref.: "Contratação de serviços de diagramação e impressão de serviços gráficos diversos".

Int.: Chefia de Gabinete da Presidência

Senhora Presidente:

I- DO RELATÓRIO:

Trata o presente parecer sobre a verificação de possibilidade de contratação direta da empresa **LUCIMARA SOARES DA SILVA SANTOS & CIA LTDA- ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ de nº 11.359.885/0001-36, estabelecida na Avenida "D", nº 933, Setor Leste, Xambioá/TO, para prestação de serviços de diagramação e impressão de serviços gráficos diversos para atender às necessidades da Câmara Municipal de Xambioá/TO no decorrer do exercício de 2021.

A Chefia de Gabinete da Presidência justifica seu pedido informando da necessidade de contratação e a inviabilidade de competição, pois a empresa LUCIMARA SOARES DA SILVA SANTOS & CIA LTDA- ME é a única empresa no ramo de atividade gráfica no Município de Xambioá, bem como, anexou uma declaração expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins- SEFAZ através da Delegacia Regional Tributária em Araguaína/TO, relativo ao CNAE 5829-8/00 em que declara que a referida empresa é a única que atua neste ramo de atividade.

A Chefia de Gabinete da Presidência também anexou a sua solicitação a proposta de preços da empresa LUCIMARA SOARES DA SILVA SANTOS & CIA LTDA- ME no valor total de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Por sua vez, a Presidente da Câmara Municipal determinou a formalização do processo administrativo e que averiguasse a documentação/certidões da empresa necessárias para fins de contratação pela Câmara Municipal.



A Chefia de Gabinete da Presidência formalizou o devido processo administrativo e anexou as documentações/certidões necessárias para fins de contratação.

A Assessoria Contábil apresentou declaração sobre a existência de previsão orçamentária para atender a possível contratação.

O processo administrativo de inexigibilidade nº 003/2021 foi encaminhado para esta Assessoria Jurídica para emissão do parecer na forma prevista no art. 38 da Lei 8666/93.

Eis o breve relatório.

II- DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

Em regra para a aquisição de produtos e/ou serviços para Administração Pública deve ser precedida de realização de procedimento de licitação pública, no qual será escolhida a proposta mais vantajosa entre as oferecidas pelos interessados em contratar com o ente público.

O procedimento licitatório objetiva garantir a moralidade administrativa, vedando a contratação de qualquer particular sem a demonstração de que seja o melhor para o interesse público.

Possui, ainda, como finalidade garantir a igualdade de oportunidades a todos que têm o interesse em contratar com a Administração Pública, permitindo a competitividade que é essencial para a licitação. Assim é garantida a impessoalidade na escolha do contratado.

Tal procedimento é disciplinado na Constituição Federal e na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A Constituição Federal no artigo 37, inciso XXI prevê:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente

permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.

Depreende-se da leitura do dispositivo constitucional a existência de exceção a regra geral de contratação mediante procedimento licitatório público ao possibilitar a contratação direta em “...casos especificados na legislação...”

Na Lei nº 8.666/93 em seu art. 2º, consigna que:

“Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos seguindo, logicamente, os ditames constitucionais, preceitua como regra geral o procedimento licitatório para a contratação de obras e serviços, alienações, concessões, permissões e locações pela Administração Pública, e como exceção as hipóteses previstas na própria lei.

Pois bem, no caso em tela a exceção para a contratação direta está prevista na Lei nº 8.666/93, o processo licitatório é inexigível quando houver inviabilidade de competição, enumerando algumas situações expressas, como é o caso do inciso I de seu art. 25: *in Verbis*:

“Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I- para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

II- para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências,

publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 2º Na hipótese deste artigo e em qualquer dos casos de dispensa, se comprovado superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado à Fazenda Pública o fornecedor ou o prestador de serviços e o agente público responsável, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis”.

Anote-se que o art. 25 da Lei nº 8.666/93, muito embora especifique três hipóteses de inexigibilidade em seus incisos, ostenta função normativa autônoma no *caput*, de modo que o rol de hipóteses possui natureza meramente exemplificativa. Para configuração da inexigibilidade basta, portanto, que esteja suficientemente caracterizada a inviabilidade de competição.

A inviabilidade de competição ficou demonstrada através da declaração expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins-SEFAZ através da Delegacia Regional Tributária em Araguaína/TO, relativo ao CNAE 5829-8/00 em que declara a empresa LUCIMARA SOARES DA SILVA SANTOS & CIA LTDA- ME como a única no ramo de atividade gráfica no Município de Xambioá/TO.

Destarte, a contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, não afasta a necessidade de apresentação de documentos mínimos de habilitação, devendo ser instruído, no que couber, com os elementos constantes do artigo 26, parágrafo único, incisos II a III da Lei nº 8.666/93, que prevê os critérios legais para a contratação direta, seja para os casos de dispensa ou inexigibilidade:

“Art. 26 (...).

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I- [.....]

II- razão da escolha do fornecedor ou executante;

III- justificativa de preço.”

A Chefia de Gabinete da Presidência apresentou justificativa, esclarecendo que o objeto a ser contratado é ideal para atingir o objetivo almejado. Por esse motivo, está justificada a razão da escolha do fornecedor, que é o único passível de contratação (art. 26, § único, II).

Por outro lado, a proposta de preços apresentada pela empresa LUCIMARA SOARES DA SILVA SANTOS & CIA LTDA- ME está dentro da razoabilidade dos preços praticados no mercado, demonstrando ser esse valor adequado, compatível e proporcional ao custo pela prestação dos serviços contábeis.

Desta feita, o procedimento adotado de inexigibilidade de licitação para contratação direta da empresa para a prestação de serviços de diagramação e impressão de serviços gráficos diversos encontra-se de acordo com a norma de regência.

III- CONCLUSÃO:

Isto posto, considerando o exame dos itens que compõem a análise do procedimento em tela ser plausível, esta Assessoria Jurídica opina no sentido do provimento da contratação da empresa **LUCIMARA SOARES DA SILVA SANTOS & CIA LTDA- ME**, inscrita no CNPJ de nº 11.359.885/0001-36, mediante a contratação direta através de inexigibilidade de licitação, consoante determina o art. 25, I, e, incisos II e III do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

É o parecer, s.m.j.

Remeta-se a autoridade superior para apreciação e decisão de prosseguimento.

Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Xambioá, Estado do Tocantins, em 03 de fevereiro de 2021.


RAILSON DAS NEVES BARROS
Assessor Jurídico